

*Audiências Públicas:
contextos para a polissemia
do “dever” no discurso do político¹*

Public Hearings: context for polysemy of “must” in politician’s speech

Sara Regina Scotta Cabral

Amanda Canterle Bochetti

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148534347>

RESUMO: O objetivo deste artigo é determinar, por meio da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), como o modal *dever* é empregado e quais contornos semânticos apresenta nas vozes textuais dos políticos participantes das Audiências Públicas (APs). Para que este trabalho fosse realizado, foram selecionadas seis Audiências Públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável correspondentes aos anos de 2012 e 2013 para identificação do grau de comprometimento dos políticos em seus discursos, ou seja, da modalidade. Os resultados indicam que as manifestações nas APs partem de uma *orientação subjetiva implícita*, pois os políticos são a fonte da convicção, ao mesmo tempo em que instigam a avaliação dos presentes na sessão.

Palavras-Chave: Modalidade. Discurso do Político. Audiências Públicas.

Abstract: The aim of this chapter is to determine, according to Systemic-Functional Linguistics (SFL), how the modal *must* is employed and which semantic contours it presents on the textual voices of the politicians participating in Public Hearings (PH). For this work to be carried out, 06 PHs on environment and sustainable development from 2012 and 2013 were selected to identify the degree of commitment of the politicians in their speeches, that is, the degree of modality. The results indicate that the manifestations in the PHs start from an implicit subjective orientation, since the politicians are the source of conviction, whilst instigating the evaluation of those present in the sessions.

Keywords: Modality. Political Discourse. Public Hearings.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1. Introdução

A modalidade, como recurso persuasivo, encontra-se presente em discursos de todas as áreas, incluindo a política. Para Fairclough (2003), a modalidade é importante para a tessitura de identidades tanto pessoais quanto sociais. Para o autor,

aquilo com que você se compromete é uma parte significativa do que você é – então as escolhas de modalidade nos textos podem ser vistas como parte da tessitura da autoidentidade. [...] Assim, ação, representação e identificação estão dialeticamente relacionadas e isso é particularmente claro no caso da modalidade (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166).

Modalidade, definida por Thompson (2004, p. 67) como o espaço de flutuação entre o sim e o não – o espaço modal – constitui uma região de *indeterminância* entre os polos positivo e negativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014), já que possibilita ao falante/escritor suavizar o discurso ou mesmo atribuir-lhe caráter de imposição ao auditório. Os autores a definem como “o julgamento do falante ou a solicitação de julgamento ao ouvinte acerca do que está sendo dito” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 191). De acordo com Neves (2006), o conceito de modalidade é visto como uma categoria – automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar, de algum modo, o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso e de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.

Com o passar dos anos e com o desenvolvimento das novas sociedades, a política expandiu sua área de abrangência e possibilitou o surgimento de uma imensa seara de textos na constituição dos discursos. Assim, temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável, além de outros também importantes, tornaram-se pauta de Audiências Públicas, reconhecidas como ferramenta do governo para discussões sobre problemas vigentes. Nessa esfera, agentes reconhecidos e legitimados como autoridades públicas e especialistas são convidados a participar das Audiências em questão, durante as quais proferem discursos que desenvolvem posicionamentos particulares em torno de um *dever ter* ou de um *dever fazer*.

Pela importância do discurso político e pelo papel que ele exerce na tomada de decisões, o objetivo deste artigo centra-se em determinar, na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), como o modal

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

144

dever é empregado e quais contornos semânticos apresenta nas vozes textuais dos políticos participantes das Audiências Públicas, já que, como outros modais, tem carga polissêmica bastante acentuada.

Alguns trabalhos sobre modalidade em discursos políticos, no Brasil, foram realizados por Guiraldelli et al (2011) e Bartolomeu (2011), que analisaram as manifestações da modalidade epistêmica em discursos do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Já Menezes (2006) e Casimiro (2007) trabalharam com a modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos. Entre outros estão Bochetti (2015), Correa (2015) e Silva (2008), que defendem considerarem-se todas as infundáveis práticas discursivas de que o discurso político é decorrente.

Este artigo está organizado em cinco seções. Além da Introdução, a segunda seção destina-se a discutir os conceitos de modalidade na perspectiva sistêmico-funcional. Já a terceira seção trata da metodologia empregada na análise. A quarta seção traz os resultados encontrados e, após, as considerações finais ressaltam os principais achados na sua incorporação ao discurso do político.

2. Modalidade em Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) preocupa-se com a linguagem em suas mais variadas práticas discursivas em uma proposta de pesquisa orientada à articulação de seus conceitos teóricos e a um *corpus* de textos construídos em manifestações concretas e reais de uso da língua. A partir de significados designados por Halliday (1989) como metafunções (ideacional, interpessoal e textual), as escolhas linguísticas feitas pelos usuários da linguagem são representadas com o objetivo de originar significados.

Para Halliday e Matthiessen (1999, p. 538), enquanto

o componente ideacional é a linguagem como um *modo de reflexão*², o componente interpessoal é a linguagem como um *modo de ação*³, e a realidade consiste tanto no que nós fazemos quanto no que nós pensamos. (...) O modo mais imediato pelo qual agimos, gramaticalmente, é por meio de nossa escolha da função de fala.

2 Grifo das autoras deste artigo.

3 Grifo das autoras deste artigo.

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

146

As funções primárias de fala, para os autores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, 2004, 2014), constituem solicitações e ofertas, em que as mercadorias a serem trocadas são informações e bens e serviços. Todo e qualquer diálogo é um processo de troca de significados na qual o falante estabelece uma relação interpessoal particular – atribui a si um papel ao mesmo tempo em que atribui um papel ao seu ouvinte, “isto é, ele está especificando uma rede de interpretações para o seu comportamento e o comportamento do outro” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 524).

Todas as funções de fala são *modos* de ação: comandos, ofertas, perguntas e declarações, além de inumeráveis combinações e subcategorias. Ao oferecer ou solicitar informações, o falante pode optar pelo uso de declarações ou de perguntas, que constituem *proposições*; ao oferecer ou solicitar bens e serviços, o falante pode escolher usar ofertas ou comandos, que constituem *propostas* (Quadro 1). O *modo* constitui, então, a oração como “um movimento em uma argumentação: ou como uma proposição (declaração ou pergunta) ou com uma proposta (oferta ou comando)” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 525).

Quadro 1 – Funções de fala

Função	Mercadoria de troca: informações	Mercadoria de troca: bens e serviços
oferecer	declaração	oferta
solicitar	pergunta	comando
	proposição⁴	proposta

Fonte: (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014).

Nas palavras dos autores,

o sistema fornece espaço para argumentação ao incorporar uma oposição entre o “on” e o “off”: cada oração apresenta uma polaridade positiva ou negativa. Cada proposta ou proposição seleciona uma ou outra. Mas, ao mesmo tempo, a gramática interpessoal vai muito além, rejeita uma simples polaridade de “sim” e “não”, abrindo um amplo espaço semântico no meio. Esta é a área da “modalidade”, onde os interagentes apresentam

⁴ Halliday e Matthiessen (1999, p. 113) informam que o termo “proposição” não é usado, em gramática sistêmico-funcional, em seu sentido original da lógica filosófica. Proposição aqui é uma oração que constitui uma declaração ou uma pergunta.

diferentes aspectos de seus próprios julgamentos e opiniões, explorando a validade do que está sendo dito e, tipicamente, localizando-o em algum lugar entre os polos positivo e negativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 525 - 526).

Usar a modalidade, vista como “o julgamento do falante ou a solicitação de julgamento ao ouvinte em relação ao que está sendo dito” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 191), é então expressar (ou solicitar que alguém expresse) “uma avaliação da validade do que está sendo dito” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 144) em relação à natureza, qualidade ou habilidade de algo ou de alguém. Situada em uma “região de incerteza” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 176), a modalidade representa um *continuum* para proposições e para propostas localizado entre a polaridade positiva e a polaridade negativa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. xvii), construindo “rotas” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 176) de significados diferentes em duas direções: uma para proposições (modalização, referente a informações) e outra para propostas (modulação, referente a bens e serviços), o que determina do tipo de modalidade (Figura 1).

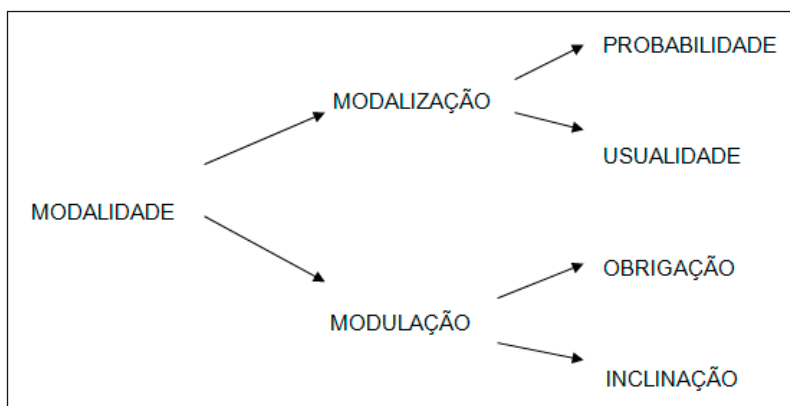


Figura 1 - Tipos de modalidade

Fonte: A partir de Halliday, 1994, p. 356.

Denominada pelos autores como região de *indeterminância* (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, 2014) e muitas vezes mutável em suas categorias, a modalidade situa-se em uma região semântica em que se interseccionam vários sistemas gramaticais, sendo os mais frequentes: (1) o tipo: probabilidade, usualidade, obrigação ou inclinação; (2) o valor: alto, médio ou baixo; (3) a orientação: objetiva ou subjetiva.

Entre os polos positivo e negativo do *ser* ou *não ser*, a modalidade realiza-se como *modalização*, que endereça para significados de probabilidade ou usualidade. Entre os polos positivo e negativo do *faça* ou *não faça*, a modalidade torna-se *modulação* e pode expressar significados de obrigação ou de inclinação. Modalizações de probabilidade realizam-se com significados como *possível*, *provável* e *certo*; modalizações de usualidade realizam-se com significados como *às vezes*, *usualmente*, *sempre*. As modulações de obrigação são graduadas como *permitido*, *aceitável* e *necessário*, e modulações de inclinação com modais como *inclinado*, *desejoso*, *determinado a* (Figura 2).

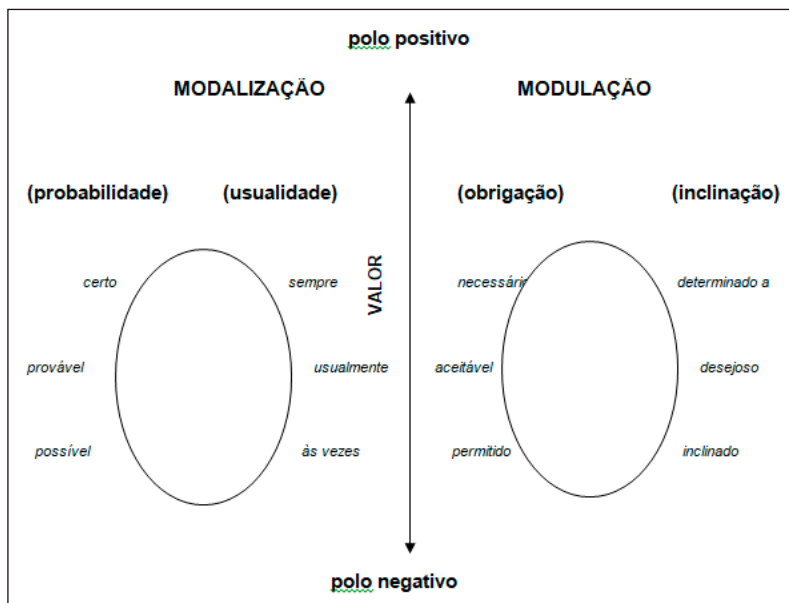


Figura 2 – Modalidade x polaridade

Fonte: A partir de Halliday, 1994, p. 356.

Halliday e Matthiessen (2004, 2014) evitam os termos da lógica filosófica *epistêmico* e *deôntico* para se referirem às categorias de modalização e de modulação. Entretanto, os autores registram que a probabilidade corresponde à modalidade epistêmica (da lógica modal de LYONS, 1977), a obrigação corresponde à deôntica e a prontidão (ou inclinação), à modalidade dinâmica. À usualidade **não há categoria equivalente** em estudos de modalidade filosófica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Probabilidade e usualidade, em LSF, podem ser lexicalizadas de três formas: (1) por um operador modal finito em um grupo verbal (*poder*, *dever*, *ter que*); (2) por um Adjunto modal (*possivelmente*, *provavelmente*,

certamente); (3) por ambos coexistindo em uma mesma oração, como em “Isso não *deve* ser, *absolutamente*, uma razão de autocomplacência - nós acharmos que não temos...” (AP#5⁵). É importante notar que, mesmo um valor modal alto como *absolutamente* não se equipara, em termos de determinância, à forma polar “Isso é uma razão de autocomplacência - nós acharmos que não temos...”. Conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 698), “você somente diz que você está certo quando você não está”.

A modulação (obrigação ou inclinação) pode ser lexicalizada por (1) um operador modal finito (*dever, necessitar*, por exemplo) ou (2) tipicamente por um adjetivo (por exemplo, *necessário* em “Vamos atuar junto no sentido de não se obter as informações, mas tudo aquilo que se faz *necessário* para que avancemos nessa nova etapa do Plano Nacional” - AP#5). Em língua inglesa também ocorre por uma expansão do Predicador em um grupo verbal complexo na voz passiva (por exemplo, *you’re supposed to know that*⁶).

A orientação é “a distinção básica que realiza e determina cada tipo de modalidade” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 692) e apresenta duas importantes variantes: pode ser subjetiva ou objetiva, e ambas podem estar explícitas ou implícitas na oração. Com o tipo subjetivo, o falante faz sua própria avaliação e também solicita uma avaliação ao ouvinte; o falante é a fonte da convicção. Já a orientação do tipo objetivo não solicita a avaliação subjetiva do ouvinte. Em outras palavras, com a orientação subjetiva a modalidade é consultada, mas com a orientação objetiva não o é. Cria-se então “uma matriz de quatro combinações de recursos” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 181) constantes no Quadro 2. Essas combinações podem estar presentes em todos os sistemas como formas variantes dependendo do contexto em que são aplicadas.

Quadro 2 – Variantes da orientação

	subjetivo	objetivo
implícito	<i>Deve ...</i>	<i>Certamente ...</i>
explícito	<i>Estou certo de que ...</i>	<i>É certo que ...</i>

Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014, p. 181).

5 AP#5 significa a Audiência Pública número 5. A indicação de cada um dos textos analisados será explicada na seção 4.

6 Em português poderíamos traduzir livremente por “Você deveria saber isso”, em que a presença da voz passiva fica anulada.

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

150

Um modo de diferenciar a orientação subjetiva da objetiva é através do emprego ou não do operador modal ou do Adjunto modal na *question tag*. Embora em língua portuguesa não haja a categoria “pergunta de confirmação”, o teste é mesmo assim válido: se o modal fizer parte da *tag*, a orientação é subjetiva, pois o falante faz sua avaliação e solicita a do ouvinte por meio da modalidade: “Esse *deveria* ser um dado a se comemorar...” (AP#6), não *deveria*? Já na orientação objetiva, a modalidade não pode ser transferida para a *tag*: “Isso *possivelmente* demandaria desapropriação ou indenização dessas áreas impactadas” (AP#2), não \emptyset demandaria?

O valor modal (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) está organizado em três graus: alto, médio e baixo, tanto em modalização quanto em modulação, conforme apresentado na Figura 2. Eggins (2004 p. 173), a partir de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), explicita tais valores, ao afirmar que operadores modais e Adjuntos modais podem também ser categorizados em três valores de certeza ou usualidade: o primeiro em valor alto - *dever*⁷, *certamente*, *sempre*, etc.; o segundo em valor médio - *poder*⁸, *provavelmente*, *usualmente*, etc.; o terceiro em valor baixo - *poder*, *possivelmente*, *às vezes*, etc.

O valor médio, em orientações objetivas e subjetivas (estas últimas apenas de probabilidade), é aquele no qual a forma negativa pode ser livremente transferida entre a proposição e a modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), o que pode ocorrer em qualquer um dos tipos. Como exemplo, observe-se o excerto de probabilidade no Quadro 3.

7 O operador modal finito *dever*, em língua portuguesa, pode apresentar valores variados, conforme será visto neste trabalho.

8 O operador modal finito *poder*, em língua portuguesa, pode apresentar valores variados, conforme será visto neste trabalho.

Quadro 3 – Valor médio x polaridade

Negativa direta	“É provável que o real não tenha um desempenho pior” ⁹ .	objetiva explícita
	“Políticos usualmente não são fãs do humor” ¹⁰ .	objetiva implícita
	“... [eu] penso que não vou conseguir...” ¹¹ .	subjéitiva explícita
	Aquele pode não ser João.	subjéitiva implícita
Negativa transferida	Não é provável que o real tenha um desempenho pior.	objetiva explícita
	Políticos não usualmente são fãs do humor.	objetiva implícita
	“... [eu] não penso que vou conseguir...”.	subjéitiva explícita
	Aquele não pode ser João.	subjéitiva implícita

Audiências
públicas

151

Com os valores extremos – alto e baixo, a negativa transferida faz com que ocorra a inversão dos valores – o alto torna-se baixo, e o baixo torna-se alto, conforme os exemplos do Quadro 4.

Quadro 4 – Valores alto e baixo x polaridade

	Exemplo	Valor modal
Negativa direta	“É necessário não confundir a provisão de bens públicos com a produção de bens públicos” ¹² .	alto
	“Políticos usualmente não são fãs do humor” ¹³ .	baixo
Negativa transferida	Não é necessário confundir a provisão de bens públicos com a produção de bens públicos.	baixo
	Políticos não usualmente são fãs do humor.	alto

Muitas orações modais, entretanto, apresentam ambiguidade, em que é difícil perceber se se tratam de modalizações ou de modulações. É o que Halliday e Matthiessen (1999) denominam de *indeterminância* no sistema de modalidade. Tal ambiguidade pode ocorrer em textos

9 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/e-provavel-que-real-tenha-um-desempenho-pior-22686696>>. 15.05.2018

10 Disponível em: <<https://www.facebook.com/studentsforlibertybrasil/photos/pol%C3%ADticos-usualmente-n%C3%A3o-s%C3%A3o-f%C3%AAs-do-humor-1747515918608946/>>.

11 Disponível em: <http://www.cristominhacerteza.com/2014/12/blog-post_19.html>.

12 Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/3563297>>.

13 Disponível em: <<https://www.facebook.com/studentsforlibertybrasil/photos/pol%C3%ADticos-usualmente-n%C3%A3o-s%C3%A3o-f%C3%AAs-do-humor-1747515918608946/>>.

de qualquer natureza, embora certas situações de produção sejam mais favoráveis para o emprego de modalização ou de modulação. Em textos expositivos, por exemplo, prevalece a modalização, nos quais a certeza é um componente importante para a arguibilidade do texto.

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

152

3. Caminhos para a análise

As preocupações com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são apenas alguns dos temas que geram as Audiências Públicas como evento de discussão e busca de soluções e de alternativas consistentes. Para que uma sociedade funcione e se desenvolva de forma adequada, a população também deve ser ouvida em suas necessidades e anseios, contribuindo assim, para o desenvolvimento de suas atribuições e responsabilidades como cidadãos.

Este trabalho de cunho qualiquantitativo adota como perspectiva teórica a Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIENSEN, 2004, 2014) e tem como interesse o exame das marcas de modalidade empregadas no discurso do político (DDP, conforme BOCHETT *et al*, 2017). O *corpus* selecionado para a pesquisa corresponde a seis Audiências Públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, referentes aos anos de 2012 e 2013, taquigrafadas e posteriormente traduzidas, que estão disponibilizadas para consulta *online* no site da Câmara dos Deputados. O critério para a escolha das seis Audiências foi a sua publicação nos anos de maior discussão (2012-2013), e sua classificação como “debate” pelo site <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/>>.

No Brasil, as Audiências Públicas (APs) são eventos realizados pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e tratam de temas bastante relevantes sobre o meio ambiente. As APs servem de instrumento de diálogo capaz de auxiliar na resolução de problemas ou mesmo de apresentação de alternativas para soluções na área em questão.

As APs ocorrem mensalmente, não sendo estipulada uma quantidade fixa de sessões. A CMADS é a responsável pela seleção dos temas a serem tratados e pelo convite a depoentes e expositores especialistas ou da esfera política, que comparecem para dar testemunhos, informar acerca de iniciativas tomadas na área, emitir opiniões e/ou apresentar sugestões. Nas sessões, inicialmente o Presidente da Comissão, um Deputado Federal, faz a apresentação do tema e dos participantes, logo após chama

os convidados para fazerem seus discursos e, em um terceiro momento, inicia-se um debate com a mediação e possíveis interferências do Presidente. Trata-se da exposição oral que é taquigrafada e posteriormente traduzida e publicada no site da Câmara dos Deputados no espaço destinado à CMADS (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads>). O maior objetivo das APs é que se apresentem soluções mais rápidas sobre temas controversos, tendo em vista os problemas ambientais em curso. As APs, em sua maioria, ocorrem nos plenários das comissões, localizados junto ao Congresso Nacional.

Uma vez selecionadas as seis audiências, foram organizados seis arquivos, cada um etiquetado com as letras “AP” seguidas do símbolo # e do número de ordem (Quadro 5).

Quadro 5- Corpus da pesquisa

Código	Tema	Data	Nº páginas	Nº palavras
AP#01	Debate sobre definição e criação de novos modelos eficazes de prevenção, contingência e atendimento aos acidentes, voltados, especificamente, para a exploração e produto de petróleo, oriundo da camada do pré-sal	08/05/2012	49	16.899
AP#02	Debate sobre o PL ¹⁴ nº 3056/2008, que institui as Unidades de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	22/05/2012	21	6.990
AP#03	Debate sobre as hidrelétricas e as unidades de conservação na Amazônia- o caso da Usina Tapajós, no Pará	20/11/2012	54	18.934
AP#04	Debate sobre a inspeção veicular no Brasil	16/04/2013	34	12.462
AP#05	Debates sobre o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança Climática	09/05/2013	50	18.347
AP#06	Debate sobre denúncias de maus tratos a animais no instituto Royal, situado no Município de São Roque – SP	29/10/2013	59	21.242

Fonte: As autoras.

Submetido o *corpus* ao programa *Word Smith Tools* (SCOTT, 2012), utilizou-se a ferramenta *WordList*, que possibilitou identificar os verbos potenciais na função de modalidade mais recorrentes nas Audiências

14 PL: Projeto de Lei.

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

154

Públicas pesquisadas. Foi encontrado o verbo *dever* como o segundo modal de maior número de ocorrências (31), atrás apenas de *poder*, fato que gerou interesse, porque o valor de *obrigação* poderia indicar um discurso mais impositivo do que deliberativo. Ademais, Fairclough (2001, p. 105 - 106) defende que a modalidade tem a ver com a autoridade do orador (ou escritor) e que são as afirmações implícitas de autoridade e as relações implícitas de poder que tornam a modalidade interessante em conexão com a ideologia.

Dando seguimento, procedeu-se à separação manual, por sessão, das falas dos políticos participantes, já que Presidente, especialistas e outros convidados também expõem seus pontos de vista. O próximo passo do percurso metodológico consistiu na aplicação da ferramenta *Concord*, para se verificar o contexto específico de cada modal *dever* nas falas dos políticos participantes. Na análise textual, foram identificadas todas as formas e tempos verbais do modal *dever* constantes na voz dos políticos, que posteriormente foram categorizadas textual e semanticamente segundo (a) tipo, (b) orientação e (c) valor.

Na seção 4, apresentam-se os resultados obtidos na análise do *corpus*.

4. A construção do discurso dos políticos a partir do uso da modalidade

O discurso do político (DDP) é desenvolvido nas Audiências Públicas como um discurso de representação política e, ao mesmo tempo, de “expectativa de resoluções”, se visto por outros participantes que esperam o desenrolar das discussões e a tomada de decisões. Com isso, o uso de modalidade, mais especificamente o uso do modal *dever*, pode assumir diferentes graus de comprometimento por parte do político, ao proferir um discurso orientado para um grupo de especialistas e interessados no tema em questão.

Feito o levantamento das ocorrências do modal *dever* no *corpus*, chegou-se ao total de 31 ocorrências em diferentes formas de lexicalização, distribuídas conforme demonstra a Figura 3.

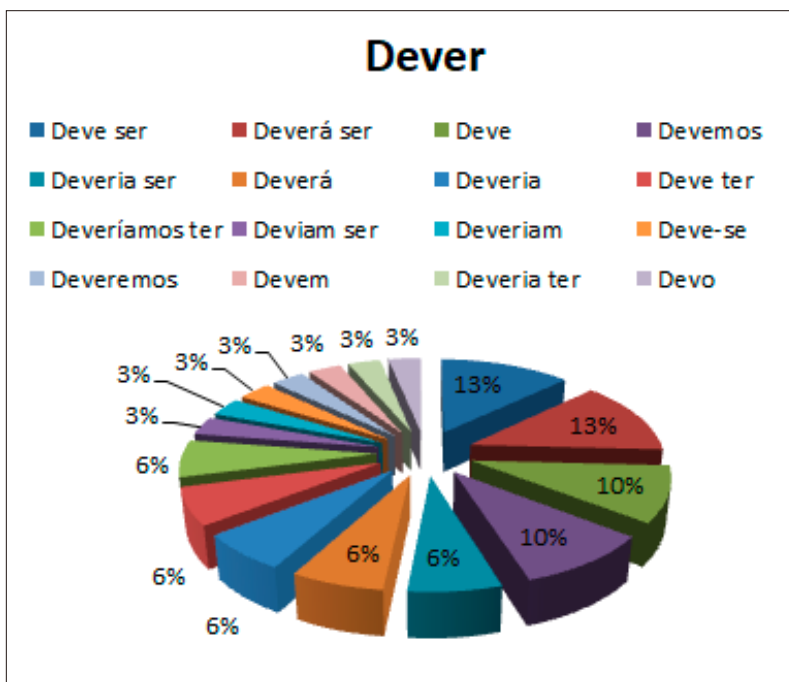


Figura 3 – Lexicalizações do modal *dever*

Fonte: Dados da pesquisa

Foram encontradas formas do presente do indicativo (*devo*:1; *deve*: 9; *deve-se*: 1; *devemos*: 3; *devem*: 1), no imperfeito do indicativo (*deviam*: 1), no futuro do presente do indicativo (*deverá*: 6; *deveremos*: 1) no futuro do pretérito do indicativo (*deveria*: 5; *deveríamos*: 2; *deveriam*: 1), todos de orientação subjetiva implícita, o que já aponta para falantes que são a fonte da convicção (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) do que afirmam. É a manifestação da autoridade do orador, cujas “afirmações implícitas de autoridade e as relações implícitas de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105-106) fazem conexão com a ideologia.

A partir da seção 4.1 apresentam-se alguns exemplos (não exaustivos) das ocorrências do modal *dever* nas APs examinadas.

4.1. Presente do indicativo

As formas do presente do indicativo do operador modal *dever* foram encontradas nas APs #2, #3 e #6.

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

156

- 1 Não há dúvida de que a diversidade étnica e cultural é uma grande riqueza do País, riqueza esta que, dada a sua importância para a vida presente e o futuro da Nação brasileira, *deve* merecer, por parte do Poder Público, ampla e efetiva proteção. (AP#2)
- 2 No momento em que vemos que isso está ocorrendo e que os cientistas do mundo todo, na sua grande maioria, dizem que *devemos* modificar o nosso modelo de produção e de consumo, temos olhado a Amazônia como se vivêssemos no século XIX... (AP#3)
- 3 [...] a nossa relação com os animais *deve-se* pautar nos princípios da ética, do respeito, do cuidado, do carinho. E, obviamente, isso não pode. (AP#6)

Os excertos 1 a 3 constituem propostas - modulações, uma vez que os políticos locutores solicitam serviços a serem realizados pelos órgãos responsáveis – o Poder Público, os legisladores, os executivos, o(s) grupo(s) que constitui(em) as APs e o próprio Brasil, este como um nome geral de significado um pouco difuso, uma vez que não determina quem realmente deve “a parte de inovação tecnológica e os investimentos” (AP#5). O modulador *dever* é o modal deôntico prototípico de valor alto, segundo Halliday e Matthiessen (2004, 2014), e indica *obrigação* ou *necessidade*.

- 4 Vamos passar agora ao último expositor, que, como já *deve* saber, tem até 15 minutos: Sr. Brent Millikan, Diretor da ONG Amazônia Internacional Rivers. (AP#3)
- 5 Uma outra questão que eu gostaria de saber - e nós temos que de alguma maneira pesquisar isso - é como estão, de fato, atuando os outros países nesse aspecto. O WWF, por exemplo, *deve* ter informações de como estão sendo tratados os planos nacionais sobre mudanças climáticas nos países, à luz dessa crise que se está vivendo. Como se está vivendo? (AP#5)

Nos excertos 4 e 5, o emprego do modal *dever* pode conduzir a interpretações ambíguas. Por exemplo, em 4, tem-se “Vamos passar agora ao último expositor, que, como já *deve* saber, tem até 15 minutos: Sr. Brent Millikan, Diretor da ONG Amazônia Internacional Rivers”. A declaração pode ser interpretada de dois modos: (a) O Sr. Brent Millikan tem a obrigação de saber que tem até 15 minutos para falar”; (b) O Sr. Brent Millikan provavelmente sabe que tem até 15 minutos para falar, porque isso já foi informado no início da sessão”. A opção (b) também pode ser interpretada como uma expressão de cortesia do Presidente da sessão para com o expositor.

Tendo em vista a *indeterminância* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) do significado modal estabelecido e os contextos de uso em 4 e 5, interpretam-se aqui tais ocorrências como exemplos de modalização de probabilidade com valor médio. Em 4 e 5, “como já deve saber” e “deve ter” enfraquecem a força argumentativa característica do modal *dever*, uma vez que, devido ao contexto em que estão inseridos, indicam que a informação é provável.

- 6 Agora, imaginem que os outros todos, tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, tanto os do Anexo I do Protocolo de Kyoto quando os que não estão, estão, de alguma forma, atrasados em relação a nós. Isso não *deve* ser, absolutamente, uma razão de autocomplacência - não achamos que não temos... (AP#5)

A ocorrência 6 apresenta o modal *dever* acompanhado de polaridade negativa em que a negação é transferida. É um caso de probabilidade de valor baixo, de orientação objetiva implícita, conforme as orientações de Halliday e Matthiessen (2014). O par “Isso **não** *deve* ser, absolutamente, uma razão de autocomplacência” (AP#5) / “Isso *deve* **não** ser uma razão de autocomplacência” demonstra que o valor baixo deve-se à transferência da polaridade para o modal. A presença de *absolutamente* poderia indicar valor alto, tal a assertividade desse item lexical. Entretanto, pensa-se que ele tenha maior influência sobre o processo relacional *ser* que sobre o modal *dever*.

4.2. Futuro do presente

Foram encontradas, no *corpus*, 7 ocorrências de modal *dever* no futuro do presente nas APs #2 e #4.

- 7 Antes do parecer conclusivo do IPHAN, o relatório técnico *deverá* ser submetido, para manifestação, com caráter opinativo, aos seguintes cargos: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente... (AP#2)
- 8 Uma vez criada a unidade, a comunidade beneficiada *deverá* criar um Conselho Comunitário para representar seus interesses perante as autoridades públicas. (AP#2)

Os excertos 7 e 8 constituem modulações de obrigação que demonstram uma voz política mais prescritiva. O valor, entretanto, é médio, uma vez que o tempo futuro permite menor grau de responsa-

bilização e redução do compromisso por parte do sujeito falante. Diferentemente, em 9 encontra-se o tipo modalização de probabilidade.

- 9 Acredita o ilustre proponente que a criação das Unidades de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro vai favorecer a difusão desse conhecimento junto aos produtores rurais familiares, em particular aqueles beneficiados por programas de reforma agrária, o que *deverá* ajudar essas famílias a aumentar sua produtividade e renda. (AP#2)

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

Se se analisar o contexto de 9, *deverá ajudar* pode ser agnato de *provavelmente ajude*, o que faz com que o valor permaneça médio. Embora se mantenha a perspectiva de uma realização futura, as realizações contextuais de *Acredita* e *vai favorecer* empresta significado de expectativa de realização à proposição.

158

4.3. Futuro do pretérito

Foram encontradas 7 ocorrências do operador modal *dever* no futuro do pretérito nas APs #1, #3, #5 e #6.

- 10 São críticas procedentes, porque já faz bastante tempo mesmo que ele *deveria* ter sido já concluído. (AP#1)
- 11 Então, acho que outra função que o Governo *deveria* assumir é essa de tentar articular as questões em nível estadual, porque, às vezes, é muito mais fácil se aprovar uma legislação no âmbito estadual. (AP#5)

O aspecto inconclusivo do futuro do pretérito em 10 e 11 caracteriza modulações de obrigação (*ter sido concluído, assumir*), uma vez que indicam hipótese ou probabilidade, todas de valor médio.

- 12 Não, nós não *deveríamos* ter nenhuma mineração funcionando. Isso está gravado nos Anais da Assembleia de Minas. (AP#6)

O excerto 12 constitui um relato que está sendo feito por um político na AP#6 acerca de uma conversa que teve com um promotor sobre licença ambiental para mineradoras. A ocorrência de *dever* encontra-se no futuro do pretérito e é a manifestação da opinião de um Promotor de Justiça fortemente contrária ao funcionamento de uma mineração na região em foco. Note-se que o modal *dever* apresenta polaridade negativa.

4.4. Imperfeito do indicativo

Apenas uma ocorrência de *dever* no imperfeito do indicativo foi constatada (AP#3).

- 13 ... todos os investimentos exigidos pelos cargos ambientais estavam tornando antieconômicos os empreendimentos na região, e que achava que, por isso mesmo, *deviam* ser repensados. (AP#3)

Apesar do valor alto característico do modal *dever*, seu emprego no pretérito imperfeito empresta à afirmativa um valor de irrealidade. Em 13, o imperfeito *deviam* pode ser substituído por *deveriam*, aquele mais característico da fala coloquial. Pode-se categorizar *deviam*, em 13, como modal de obrigação/necessidade de valor baixo.

Audiências
públicas

159

5. Considerações finais

As manifestações do discurso do político (DDP) podem ocorrer nas mais diversas áreas de interesse de uma nação quando em busca de soluções adequadas para os diferentes problemas enfrentados. No caso deste artigo, buscou-se analisar a modalidade – especialmente aquela lexicalizada pelo modal *dever* – em falas de convidados da esfera política em Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para isso, foram examinadas seis APs e delas extraídos excertos de manifestações de políticos quando solicitados a se manifestar sobre problemas como prevenção, contingência e atendimento aos acidentes durante a exploração e produção de petróleo, instituição de Unidades de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, hidrelétricas na Amazônia, inspeção veicular, revisão do Plano Nacional sobre Mudança Climática e denúncias de maus tratos a animais.

A diversidade de temas e a consequente lexicalização das orações modais permitiram que se inferisse a postura do agente político no seu discurso e, conseqüentemente, o grau de comprometimento com o seu dizer. Todas as manifestações nas seis APs partem de uma *orientação subjetiva implícita*, quer dizer, os políticos são a fonte da convicção e, ao se representarem como autoridades, deixam entrever relações de poder e posições ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001), ao mesmo tempo que instauram obrigações e deveres. Os resultados (Figura 4) indicam que os agentes políticos privilegiam *propostas* na modalidade do tipo obrigação, ao apresentarem “premissas circunstanciais, especificando quais são os fatos, e premissas normativas, relacionadas ao que é desejável, o que é bom, o que é moralmente exigido, o que a lei exige” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 42).

Sara Regina
Scotta Cabral

Amanda
Canterle
Bochett

160

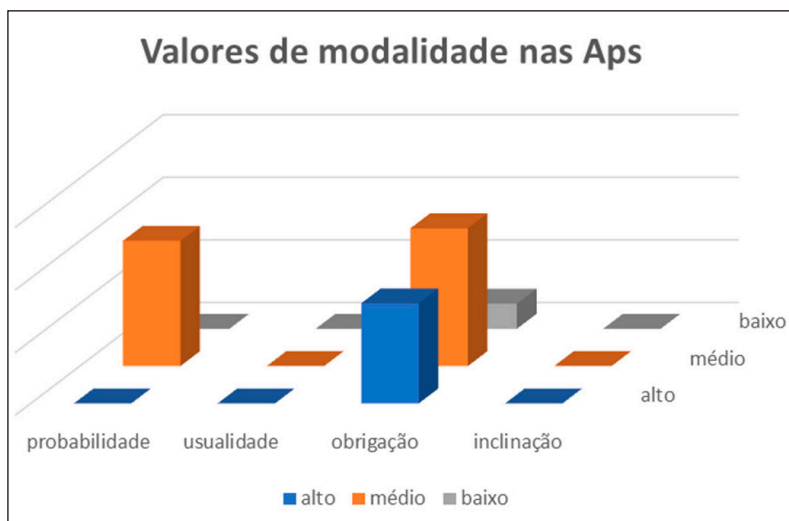


Figura 4 – A modalidade nas 6APs

Fonte: Dados extraídos do corpus

Entretanto, o debate e a demonstração de interesse em resolver situações que prejudicam o meio ambiente demonstram propostas de intervenção viáveis, mas que, de fato, não pode se ter certeza de sua efetivação. Haja vista que, nos discursos proferidos, a presença considerável de tempo futuro sinaliza o campo semântico das obrigações e das necessidades, que projetam um devir ainda incerto. Corrobora esta afirmativa o enfraquecimento da força argumentativa dos discursos por meio do emprego de valores médios de modulação.

A posição adotada no contexto em que discursa - a Audiência Pública - pode criar para o político um ambiente de promessas e oportunidades para futuras ações. A partir desta análise inicial com ênfase no operador modal *dever*, espera-se dar continuidade ao estudo e ao desenvolvimento de novas categorias que auxiliem na classificação dos modais de natureza polissêmica como este, que demonstram um grande potencial para exploração na língua portuguesa.

Referências

BARTOLOMEU, T. A manifestação da modalidade epistêmica em discursos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. *Linguagem Acadêmica*, Batatais, v. 1, n. 2, p. 123-144, jul./dez. 2011.

BOCHETT, A.C. et al. Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. *Moara*, Edição 47, Estudos Linguísticos, 2017.

BOCHETT, A. C. **Modalidade em discursos ambientalistas**: jogos de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

CASIMIRO, S. **Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do Presidente Lula**. 2007. 107 f. Dissertação (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) - Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

*Audiências
públicas*

161

CORREA, E. K. C. **Discurso político de Lula**: o papel do marcador *não* na construção da *persona* textual. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

EGGINS, S. **An introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2.ed. London; New York: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____. **Language and power**. London: Longman, 2001.

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis**: a method for advanced students. Nova York: Routledge, 2012.

GUIRALDELLI, L. A. et al. A modalidade epistêmica nos discursos políticos. *Nucleus*, v.8, n.2, out. 2011.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2nd. ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In: ____.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 4th. ed. London: Routledge, 2014.

_____. **An introduction to functional grammar**. 3rd. ed. London: Routledge, 2004.

Sara Regina
Scotta Cabral

_____. **Construing experience through meaning: a language approach to cognition**. London: Continuum, 1999.

Amanda
Canterle
Bochett

LYONS, J **Semantics**. Cambridge University Press, 1977.

162

MENEZES, L. C. de. **Modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. 186 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NEVES, M.H.M. Falar de... e dizer que... Ou: A construção das predicções. In: **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.) **Gramática do Português Falado**. Vol. VI: Desenvolvimentos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPEESP, 1996.

SCOTT, M. **Programa Word Smith Tools**. Versão 6.0. Oxford University Press, 2012.

SILVA, L. R. da. **Modalização, performatividade e discurso político: Diálogos entre teorias acionais**. 2008. Disponível em: < http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Leilane%20Ramos%20da%20Silva.pdf>.

SOARES, N.M.M.; SILVA, E.C.M. Relações interpessoais: modalidade no discurso institucional interpersonal relations: modality in institutional discourse. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 08, nº 01, jan/jul, 2016.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. 2nd. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

Textos consultados

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). **Audiência Pública:** Debate sobre definição e criação de novos modelos eficazes de prevenção, contingência e atendimento aos acidentes, voltados, especificamente, para a exploração e produto de petróleo, oriundo da camada do Pré-Sal. Brasília, 08.maio.2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas/audiencias-publicas/08-05-2012-definicao-e-criacao-de-novos-modelos-eficazes-de-prevencao>>.

_____. **Audiência Pública:** Debate sobre o PL nº 3056/2008, que institui as Unidades de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Brasília, 22.maio.2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=387415>>.

_____. **Audiência Pública:** Debate sobre as hidrelétricas e as unidades de conservação na Amazônia - o caso da Usina Tapajós, no Pará. Brasília, 20.nov.2012. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../audiencias-publicas/audiencias-publicas/20...hidretricas-e-as>.

_____. **Audiência Pública:** Debate sobre a inspeção veicular no Brasil. Brasília, 16.abr.2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42268>>.

_____. **Audiência Pública:** Debates sobre o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança Climática. Brasília, 09.maio.2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas>>.

_____. **Audiência Pública:** Debate sobre denúncias de maus tratos a animais no instituto Royal, situado no Município de São Roque - SP. Brasília, 29.out.2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas/audiencia-publica-2013/29-10-13-debate-sobre-denuncias-de-maus-tratos-a-animais-no-instituto-royal-situado-no-municipio-de-sao-roque-sp>>.

Recebido em abril de 2018

Aceito em junho de 2018

Audiências
públicas

163

